



# Domínios da Imagem

## MARCAR O GADO, MARCAR MEMÓRIA: UMA HERÁLDICA “SERTANEJA” E MASCULINA ENTRE ELITES PECUARISTAS DO NORDESTE

*IRON BRANDS AS MEMORIAL SYMBOLS: HERALDICAL STRATEGIES AMONG  
BREEDER ELITES*

Valdenio Freitas Meneses<sup>1</sup>

História das imagens e as construções de gênero

Dezembro de 2024

Vol.18

DOI: 10.5433/2237-9126.2024.v18.50573

Submissão:

08/05/2024

Aceite:

30/08/2024



**Resumo:** O artigo analisa marcas de ferros de gado transformadas em patrimônio da elite pecuarista nordestina. Toma como fonte as obras *Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja*, de Ariano Vilar Suassuna (1974); *Ferros da Ribeira do Rio Grande do Norte*, de Oswaldo Lamartine Faria (1984); e *Rudes Brasões: ferros e fogo das marcas avoengas*, de Virgílio Maia (2004). Busca compreender sentidos que orientaram registro de ferros de famílias e de centenárias fazendas na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará. A pesquisa vai em duas direções. Primeiro: as obras buscam consagrar a fazenda pecuarista nordestina como lugar de memória a ser exaltada e “resgatada”. Segundo: como ferros de gado – outrora ferramentas para atividade econômica – tornaram-se “heráldica”, símbolos memoriais que marcam parentesco. Discute trechos dos livros em que o ferro é “herança” em rito de transferência masculino: de pais para filhos, tios para sobrinhos, avôs para netos. Nas conclusões, o artigo debate como a memória sobre os ferros opera justo nas últimas décadas do século XX: momento em que, em nível econômico e simbólico, frações da elite pecuarista do Nordeste sofrem ameaça de desclassificação e perda de prestígio.

**Palavras-chave:** Elite pecuarista; Ferros de gado; Memória; Masculinidade; Nordeste.

**Abstract:** The article discusses how Brazilian Northeast cattle breeders transformed their iron cattle brands into memorial symbols. The research analyzes the following books: "Ferros do Cariri – uma Heráldica Sertaneja" by Ariano Vilar Suassuna (1974), "Ferros da Ribeira do Rio Grande do Norte" by Oswaldo Lamartine Faria (1984), and "Rudes Brasões - Ferros e Fogo das Marcas Avoengas" by Virgílio Maia (2004). Regarding the purpose of the books, there are two approaches. First, the transformation of the ancient cattle farms into memorial places of the family and distinct symbols of the breeder elites. Second, the rituals of heritage of the iron cattle brands and other old family objects. These rituals are described as gifts: the iron brands given from the older to younger men of the families. In conclusion, the paper constructs argument about the breeder elites and their memorial iron brands. Since the end of the last century, this kind of heraldic "rescue" follows strategies of breeder elites against decline and prestige loss.

**Keywords:** Cattle breeder elites; Iron cattle brands; Memory; Manhood; Brazilian Northeast.

## INTRODUÇÃO

Este artigo debate como marcas de ferros de gado foram transformadas em patrimônios que evocam memória, distinção e parentesco entre frações da elite pecuarista nordestina. A ressignificação de uma antiga técnica de “marcar” o corpo do gado em símbolo distinto de família acompanha as mudanças sociais pelas quais os grandes pecuaristas nordestinos passaram nas últimas décadas. No plano econômico, boa parte do mundo rural do atual Semiárido Nordestino

---

1 Doutor em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba. E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br .Orcid: < <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265> >



foi dinamizado entre produção exportadora de algodão e pecuária bovina movida a relações de poder e trabalho entre agregados e moradores nas fazendas. Mesmo com oscilações, esse sistema esteve presente lado a lado com a escravidão e se manteve vigente até a década de 1980: uma produção exportadora – agrícola ou pecuária – unida às hierarquias entre proprietários e trabalhadores rurais, em vínculos sociais com diversos nomes: “moradia”, “agregados”, “o trabalho alugado”, “cambão”, “terça” ou “sujeição”, dentre outros que variavam no tempo, local, e tipo de atividade nas grandes propriedades” (ANDRADE, 2011, p. 205).

Politicamente, além do espaço da grande propriedade e controle do trabalho, dívidas e das vidas de moradores e agregados, foi estabelecida uma lógica de poder que, pela coerção do voto ou de redes de pessoas e compromissos, estendeu a influência da grande fazenda pecuarista ao nível das decisões no Estado brasileiro em quase todo século 20. Essa gramática de dominação política de parlamentares recrutados da elite proprietária da então chamada Região “Norte” tem uma historicidade específica da relação com Estado: a chamada de “indústria das secas” (GUERRA, 1993). Uma persistente retórica de dramatização pública de elites regionais – que seguiu as Constituintes de 1946 a 1988 – cria uma aura de eterno “alerta para necessidade das secas” (CASTRO, 1992).

Esse quadro das secas será transformado na transição dos séculos 20-21 na nova arquitetura institucional e política do Estado brasileiro após Constituição de 1988. O novo pacto federativo permite um gradativo avanço de políticas de combate à pobreza rural, além de ampliação de direitos e proteção social. Isso, dentre outros processos, encaminha um descrédito de uma elite pecuarista do Nordeste do Brasil. É justo nesse momento de desprestígio que serão publicadas as obras que este artigo toma como fonte de análise: *Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja*, de Ariano Suassuna (1974); *Ferros da Ribeira do Rio Grande do Norte*, de Oswaldo Lamartine Faria (1984); e *Rudes Brasões – ferros e fogo das marcas avoengas*, de Virgílio Maia (2004). Diante de um declínio, será criada, por frações da elite pecuarista, certa memória “saudosista” de uma ordem social marcada pelas hierarquias sociais e econômicas das grandes fazendas, das secas e dos moradores envolvidos no algodão e na pecuária.

Ao analisar as condições de produção dessa memória distinta em torno dos ferros de gado, é possível compreender estratégias que fixam um mesmo objetivo: ressignificar uma memória familiar e masculina para contrapor declínio de uma elite de grandes proprietários rurais no semiárido nordestino. O texto dialoga com diversa literatura. Elites, poder e parentesco na Europa e no Brasil (PINÇON; PINÇON CHARLOT, 2006) (MONTEIRO, 2016). Dialoga tanto com historiografia do lugar do Nordeste e uma cultura de “resgate” “autêntica” regionalista e masculina no imaginário nacional (ALBUQUERQUE JR. 2013a, 2013b, 2013c), bem como pesquisas sobre a técnica ferração e pecuária no Brasil Colônia (MACEDO, 2021) e, também, arquitetura e patrimônio de centenárias fazendas pecuaristas (DINIZ, 2015). Desses trabalhos articulamos tanto procedimentos de pesquisa que busquem a cultura material da ferração – que remete ao período colonial – bem como sentidos simbólicos memorial dos ferros em que uma elite transforma em símbolo de memória distinta e masculina o que antes era um artefato e técnica para lidar com o gado. A questão imagética dos ferros dialoga com produções deste periódico: Vieira (2014), Silva (2017), Santos (2010) e Andrade *et al* (2022). Sob diferentes abordagens, estes trabalhos focam em narrativas de gênero e na produção de imagens conceituais e históricas do Nordeste e do sertão no Brasil. Por fim, este artigo é produto de uma tese de doutorado em



Sociologia<sup>2</sup> publicada em 2018: tratou-se de uma pesquisa de quatro anos sobre os sentidos de convivência com as secas produzidos principalmente a partir da memória de terra, pecuária e parentesco entre frações de uma elite pecuaristas da região do Cariri paraibano, no semiárido nordestino (MENESES, 2020). Terminada a tese, tanto as fontes documentais sobre os ferros como também fotografias de ferração nas fazendas ainda aguardavam melhor tratamento de análises, debates e evidências de pesquisa. Disso surgiu a necessidade deste artigo.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, debate como Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Maia (2004) registram o declínio do prestígio da elite pecuarista nordestina ao longo do século 20, através de dois marcos: um pelos traumas familiares na Revolução de 1930 e, em seguida, pela dissolução de relações sociais do mundo rural da pecuária e do algodão através de nova relação do Estado brasileiro com a pobreza e os trabalhadores rurais após 1988. A segunda, trata da “resposta” a esse declínio: recordar dos ferros e revestir um lugar memorial no território da fazenda pecuarista. O que era antes lugar econômico de produção se torna “lugar monumento” de uma memória que exalta uma ordem social. A terceira, a análise, trata do ato de presentes que os autores das obras receberam dos seus parentes homens de gerações anteriores: os ferros e outros documentos antigos de família, peças de vestuário usados por vaqueiros, dentre outros. Nas Considerações Finais, o artigo, referendado na pesquisa, encaminha um breve ensaio sobre ferros de gado, memória, masculinidades, patrimônio e elites pecuaristas.

## **“BICHO DO MATO MARGINAL QUE NEM PROSTITUTA QUE DEIXOU A ZONA”**

Antes de entrar na análise dos livros é importante deixar o leitor/leitora atento aos termos usados na técnica de ferros de gado. Isso é fundamental para compreendermos um dos processos sociais que trata este artigo: a transformação da ferração de técnica para lida da pecuária em “heráldica” memorial mediada pelo código de masculinidade e parentesco entre membros de uma elite. Tudo isso faz parte de uma idealização de uma ordem social passada da fazenda pecuarista do semiárido brasileiro (MENESES, 2020).

A pesquisa de Nogueira Paes (2012) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apresenta o termo “caixão” ou “mesa” como a base principal de um ferro de família. É a partir dela que as variações de formato podem ser feitas através das gerações da família. Essas variações tratam de acréscimos ou retiradas de formas/traços nas extremidades ou centro da “mesa”. Esses traços adicionais a um caixão podem ter vários nomes – os curvados são, por exemplo, “asa”; “flor” enquanto que os que tem linhas retas são chamados de “tronco”; “pé de galinha”.

Antes de mencionarem as marcas de suas famílias, os três autores aqui analisados, dedicam trechos de seus livros a explicar esses termos, quase como guias didáticos. Abaixo segue um guia didático retirado da obra de Faria (1984):

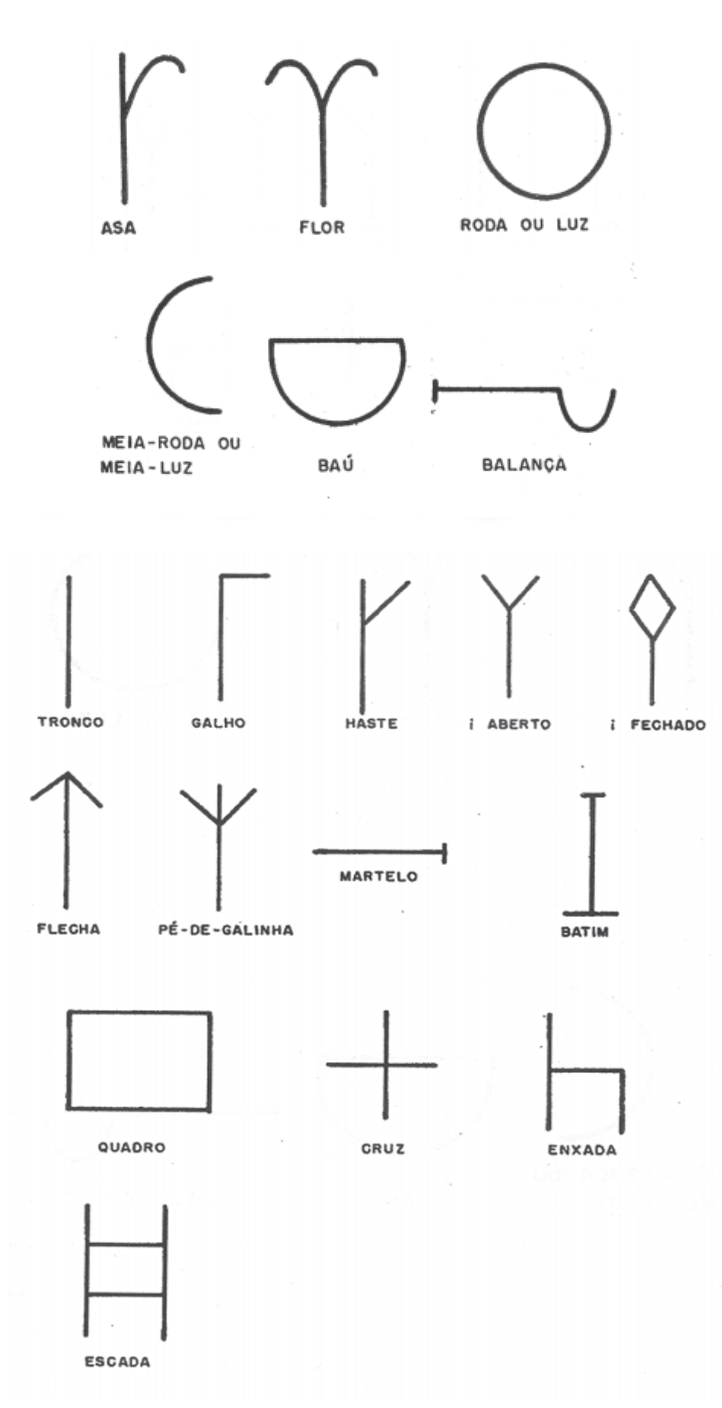
---

2 A tese “Saudade e Rusticidade: reconversões sociais e sentidos da convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano” foi defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). A tese foi Prêmio Capes de Sociologia no ano de 2019.





**Figura 1** - Traços lineares dos ferros de gado



**Fonte:** Lamartine de Faria ( 1984, p 27-28).

Quanto ao processo de retirar ou acrescentar traços a um caixão, há um trecho do livro *Ferros do Cariri* em que Ariano Suassuna (1974) explica a técnica – sublinhando os termos - ao mesmo tempo que a “magifica” revestindo com uma memória de termos de alquimia e astrologia – linguagem essa que, mais adiante no livro será substituída por uma memória “encantada” do parentesco dos ferros dos Dantas Vilar e Suassuna, genealogia do escritor paraibano:

Como sempre acontece nessa Arte e ciência das insígnias, tudo começa pela forma mais simples, ocultando, todas elas, um significado simbólico, muito presente em épocas mais antigas, mas depois paulatinamente esquecido. Acontece também que essas coisas darem impressão de ter morrido para, logo depois, aparecerem de novo com mãos força, como se estivessem adormecidas nas camadas mais profundas (...). Com isso, toda essa simbologia “arcaica” está revivendo. Nos ferros, naturalmente, a forma mais simples é também a linha reta, que, colocada verticalmente, é chamada tronco. Se ela é puxada horizontalmente de outra, chama-se puxe-te. Aqui vão representados um tronco, um puxete simples e isolado, e outro puxete que parte de um tronco, sendo rematado por uma meia lua. Na simbologia antiga, a linha reta horizontal representava a Terra, e a vertical o Céu, a Divindade. Note-se, portanto, que tanto na simbologia antiga quanto nas insígnias dos ferros, a posição em que se encontra o sinal tanto altera seu nome quanto seu significado. ( SUASSUNA, 1974, p. 11)

Também Virgílio Maia (2004) explica a diferenciação das marcas ao longo do tempo e da transição geracional das famílias. Utilizando como exemplo as variações do caixão de uma vogal (E) e uma consoante (G) de um criador cearense:

(...) Esmerino Gomes Coelho, criador da região norte do Ceará, possuía sua marca, de nítido caráter monogramático, nela se vendo um E manuscrito maiúsculo, de Esmerino, um G minúsculo deitado, formando assim uma meia balança, que é o G de Gomes, e, na ponta do G, à moda de meia-lua, um C, de Coelho. Aí vem seu filho José Clodoveu de Arruda Coelho, que da marca do pai só teria o C de Coelho, e dela tira justamente o C, ficando com uma marca que nada mais tem a ver com as iniciais de seu nome (...) Contudo, as marcas dos membros de uma mesma família, pegando às vezes da de um trisavô, guardam sempre alguma semelhança, algo em comum e que não se modifica, por mais que sejam as diferenças adotadas. A esta base se chama, no sertão, de caixão ou mesa de marcar. ( MAIA, 2004, p. 37)

Textos desses três autores “resgatadores” de ferros fazem parte da coletânea de cinco volumes “ Sertões de Oswaldo Lamartine” – organizado por Serejo et al (2022) . Todos volumes abrem com a reprodução dos seguintes textos de homenagem: “Oswaldo Lamartine e eu” de Ariano Suassuna – datado de um outro livro de 2008 - e o “Mestre Oswaldo” de Virgílio Maia - publicado primeira vez em jornal no ano de 1997. Especificamente no quinto volume “Em alpendres d’Acauã” organizado por Natércia Campos (2022) há um registro de conversa entre os três autores gravadas entre 1999 e 2001 na Fazenda Acauã, propriedade de Oswaldo Lamartine, na cidade de Riachuelo, no Rio Grande do Norte. Uma das primeiras perguntas é de Virgílio Maia, solicitando que Lamartine fale das marcas de ferros de sua família. O entrevistado responde falando do “caixão” da marca do pai (Oswaldo) inclusive colocando o desenho do ferro no próprio texto da entrevista:

**Virgílio Maia** - Tirante a sua, qual seria a marca de gado mais bonita que você conhece? Qual o risco dela?

**Lamartine de Faria** - O caixão-da-marca paterna:





E a avoenga materna:



Aprecio e não sei justificar por que, a simplicidade das linhas das runas. Mas nunca tive quem me orientasse na estética delas. Não sei dizer por que gosto. Talvez a deformação do condicionamento já que ele nos faz acreditar que a nossa bandeira brasileira é a mais bonita (!). Já viu alguma mulher bem-vestida de verde e amarelo?”

(CAMPOS, 2022, p. 40)

Mais adiante, Lamartine de Faria reforçará também, não somente o “resgate” do ferro paterno, mas uma sensação de uma elite rural “deslocada” do mundo moderno e urbano. Esse lugar nesse mundo é ilustrado de forma irônica e que evoca masculinidade ao responder a uma provocação de outro escritor – Ariano Vilar Suassuna - que também “resgatou” ferros da família e usa o “nós” para falar de um “ambíguo” rural e urbano da elite da pecuária.

**Ariano Suassuna:** Tendo, como a maioria de nós, a formação ambígua, você é mais urbano ou mais rural?

**Oswaldo Lamartine:** 30 – a revolução – me reboiou em colégios internos de onde só regressei em 41. De 1941 a 1955, é, 14 anos, vivi em fazendas ou com atividades ligadas à terra. Estudei na Escola Superior de Agricultura, Lavras/MG. De 1955 a setembro de 1979, estive depositado no Banco do Nordeste, mas, para felicidade dele e minha, nunca exerci atividade operacional. Vivi um bom pedaço de vida no asfalto, mas sempre me escapulindo para o sertão. Por mais impermeável que a gente seja, sempre se lambuza. Mesmo assim, sou, pra que negar, um bicho do mato. Daí ter ficado assim marginal que nem prostituta que deixou a zona – nem a sociedade a recebeu e nem a zona a quis de volta... (CAMPOS, 2022, p. 53).

Esse trecho de um bate-papo entre os Oswaldo, Ariano e Virgílio evidencia aspectos do trabalho material e simbólico que os levaram a escrever obras sobre os ferros de gado: memórias de parentesco, a vida nas fazendas, a “saída” para estudar e trabalhar no mundo urbano, as dramatizações de eventos políticos e tragédias que marcam gerações da família (Revolução de 1930). Por fim, tudo está “marcado” na masculinidade – de parentes homens- ou em um marcante sentimento de “prostituta que deixou a zona” da parte de descendentes de uma elite rural em



declínio no final do século 20. Essa sintonia de percepções e julgamentos comuns em uma conversa dos três senhores descendentes de elites políticas e famílias de grandes proprietários pecuaristas nordestinos convida a refletir que tipo de processo de declínio esses grupos sofreram nas últimas décadas e que tipo de “resposta” é construída intelectualmente para isso.

Podemos afirmar que esse sentimento de “bicho do mato marginal que nem prostituta que deixou a zona” dos pecuaristas tem origem iniciada na mudança da política brasileira após 1930. Mudança essa que vai ser realizada sob várias frentes. Primeiro, destaca-se a saída de trabalhadores expulsos da terra e nos fluxos de migração para a periferia de áreas urbanas próximas, para morar nas “pontas de rua”, e/ou para buscar empregos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo – fenômeno este registrado em pesquisas na década de 1980, como as de Duque (1985, p.168), e entrevistas de Menezes (2024) com migrantes. É recorrente aqui um marco temporal e “biológico” dessa crise: a concorrência de fibras sintéticas junto com a praga do “bicudo” (*Anthonomus grandis*), espécie de besouro que atacou as plantações de algodão-mocó do Cariri paraibano e de outras áreas do Nordeste produtoras do que era tido como o “ouro branco do sertão”. O “bicudo” também aparece na memória dessa dissolução de um mercado e do prestígio do mundo de “fazendas e casas de taipa” de grandes proprietários e moradores trabalhadores agregados no eixo do algodão e da pecuária do Ceará, evidenciado na pesquisa memorial de Braga Neto (2023). No caso do Rio Grande do Norte, pesquisas feitas na região do Seridó (Caicó e Florânia) mencionam o desmoronamento e o desmonte de modos de vida rural associados à economia do algodão e pecuária (ARAÚJO, 2006).

Uma rede de políticas públicas e de proteção social, construída pela Constituição de 1988 e ampliada por uma sucessão de governos federais, alterara gradativamente uma lógica de desigualdades sociais que condicionava anos de vida dos moradores e trabalhadores a favores e lealdades dos detentores das grandes propriedades (BACELAR, 2010). Nisso, as perdas da década de 1980 serão aprofundadas entre 1990-2000. As pragas, as crises do crédito rural na década de 1980 e falências de fazendas também acompanham a diluição de formas de dominação que submetiam famílias de moradores e trabalhadores rurais ao poder da fazenda. A Constituição de 1988 passa a garantir direitos para populações pobres do campo – como a previdência pública e aposentadoria para trabalhadores rurais. Somam-se a isso processos de fragmentação fundiária e assentamentos e um pacote de políticas de combate à pobreza e transferência de renda nas primeiras décadas do século 21. Também, pouco interesse ou competência dos herdeiros para administrá-las, seguido de uma desvalorização das terras e desapropriação para assentamentos, segundo a demanda de movimentos sociais. Por fim, apesar da marca simbólica de uma “elite do couro” estar presente nos grandes eventos das vaquejadas e festas juninas, também é perceptível que essa elite sofreu perdas “culturais” enquanto definidora de identidades regionais: parte das novas gerações estão menos identificadas com as canções e estilos de vida de masculinidades ligadas ao “chapéu de couro”, símbolos da fazenda e de uma ordem pecuarista (MOREIRA, 2014).

Em síntese, há um “descenso” dos pecuaristas nordestinos na disputa com outras elites rurais e urbanas do Brasil, aprofundado na transição entre século 20 e 21. Esse período gesta um novo cenário urbano e rural que indica dissolução de poder e certa perda de distinção do pecuarista nordestino diante de outras elites do Brasil (MENESES, 2020). Parte daí o que Maia e



Cunha (2015) debatem sobre a grande propriedade pecuarista: os fazendeiros pecuaristas, ao final do século 20, ficam como representantes, por excelência, do “atraso das oligarquias e do latifúndio que agrava os problemas da miséria e das secas, travando possibilidades de mudanças no sertão do Nordeste” (MAIA; CUNHA, 2015, p. 85). Movimentos sociais de reforma agrária e o debate acadêmico, assim como o ferro na pele do gado, colocam uma “marca” simbólica nos pecuaristas:

O fazendeiro come gado que come capim-terra-folhas de algodão que come trabalho do pequeno proprietário-arrendatário-parceiro que come feijão-fava-renda negativa da venda do algodão que come forças do trabalhador que é comido pelo fazendeiro (...) (CPT - IBASE, 1989, p.50).

Assim, é quando está em curso ameaça de desclassificação do próprio grupo social que as obras de Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Maia (2004) assumem como “missão” transcrever, registrar, reproduzir e exaltar os símbolos de centenárias fazendas de pecuária de suas famílias. São pesquisas que “olham” o passado e propõem um “resgate” dos ferros de marcar o gado, código este que também são símbolos das famílias dos autores – Suassuna, Faria e Maia –, nomes ligados historicamente a grandes propriedades de terra, pecuária e política nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Nisso, há um trabalho de “passagem simbólica” feita nas últimas décadas do século 20: ferro como ferramenta de marcação para ferro que é objeto de memória. *Pari passu* a esse processo temos a fazenda pecuarista, que passa de local de trabalho, economia e vida social para um lugar “resgatado” e louvado. Um “monumento” da memória e evocação de uma ordem social rural passada que, mesmo não mais existente, seria representante de uma forma cultural “autêntica” nordestina. Esse processo é detalhado e analisado no tópico seguinte.

## **“MARCAR O GADO” SE TORNA MARCADOR DE “LUGAR DE MEMÓRIA”**

Um breve exame biográfico dos autores ajuda a entender o esforço em torno das “marcas avoengas”. Começo aqui com Ariano Vilar Suassuna. Nascido em 1927 na capital da Paraíba, ele teve suas primeiras memórias da infância marcadas pela violência política da Revolução de 1930. O menino Ariano e sua família fugiram da capital para cidade de Taperoá, no interior dos “Cariris Velhos”. A frente da fuga da família esteve sua mãe, Rita de Cássia Dantas Vilar – prima de João Dantas, jornalista que matou o governador João Pessoa Cavalcanti em Recife, em 26 de julho de 1930. Nesse mesmo ano, em outubro, outra morte marcaria a vida familiar de Rita: o assassinato de seu marido e deputado João Urbano Suassuna, nas ruas do Rio de Janeiro, uma vingança de um pistoleiro, a mando da família de João Pessoa. Acentuada a sangrenta relação de honra entre famílias e questões políticas, restou aos Suassuna, Dantas e Vilar um “refúgio” nas fazendas pecuaristas da família no Cariri da Paraíba. Esse mesmo mundo das fazendas será base para o universo ficcional construído por Ariano Suassuna após





sua formação em Direito e a entrada em grupos de teatro e literatura de Recife, em Pernambuco. Quando morreu, em 2014, Ariano Suassuna já estava consagrado como um dos maiores autores brasileiros: a estética do chamado Movimento Armorial<sup>3</sup> tinha uma vasta fortuna crítica junto a um grande volume de trabalhos acadêmicos sobre sua obra. Entre suas peças e livros, muitos foram transformados em séries e filmes de grande sucesso de crítica e público.

Se do lado ficcional havia sucesso e consagração, do lado de condições concretas e objetivas havia uma dissolução de todo um mundo pecuarista de inspiração literária de Ariano. O que já estava desgastado pela derrota de 1930 seria definitivamente dissolvido na medida em que o eixo pecuário-algodoeiro perdia sustento, na segunda metade do século 20. Nesse momento, ele justifica o esforço de sua obra *Ferros do Cariri* (1974). Esta obra rara<sup>4</sup> – apenas 700 exemplares –, feita a partir de registro de um antigo caderno de contas da fazenda Carnaúba, tem estrutura dividida em duas partes: na primeira, ele apresenta os ferros, a história de seu “resgate” – de um centenário livro de contas da fazenda da família –, ao mesmo tempo que já mostra um alfabeto “armorial”, da letra A até a Z, feito a partir dos ferros. Na segunda parte, Suassuna (1974) apresenta os desenhos de dez ferros registrados no livro de contas da Carnaúba. Ariano Suassuna inicia a obra afirmando um despertar de elementos inconscientes de uma “Civilização do Couro” e a leitura do folclorista cearense Gustavo Barroso durante a formação escolar em Recife:

Creio que este assunto – os ferros sertanejos de marcar o gado – começou a se sedimentar dentro do meu subconsciente desde muito menino, como, aliás, sucedeu comigo em tudo que se relaciona com a civilização do Couro. (...) Em 1943 (...) tornei-me amigo de outro sertanejo da Paraíba, Ivan Neves Pedrosa. Ele me emprestou um livro de Gustavo Barroso, no qual, escrevendo sobre os ferros, o escritor cearense falava das marcas familiares e nas diferenças colocadas em cada uma pelos diversos filhos de um fazendeiro, como se elas fossem diferenciações apostas ao ferro ancestral pelos descendentes com os elementos de uma verdadeira Heráldica (SUASSUNA, 1974, p. 3)

Também um sentimento de que algo está sendo esquecido e precisa ser “resgatado” move o empreendimento de pesquisa de Osvaldo Lamartine de Faria. Agrônomo de formação, Osvaldo nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 1919, e faleceu na mesma cidade em 2007. Filho de Juvenal Lamartine – governador potiguar exilado após a Revolução de 1930 –, ele teve sua juventude marcada também por crimes políticos na família: o assassinato do irmão Octávio, em 1932, na Fazenda Ingá em Acari (RN), ainda por questões ligadas a 1930. Afastado de qualquer pretensão de carreira eleitoral e política, Osvaldo Lamartine irá se fixar na fazenda Acauã e dedicar boa parte da sua trajetória de vida como pesquisador “sertanólogo” do universo da pecuária nos interiores nordestinos. Desse universo, além da obra *Ferros e Ribeiras* (1984, 2022a), ele também produziu *Encouramento e Arreios dos Vaqueiros do Seridó* (1984, 2022b) e o *Vocabulário do Criatório Norte-Rio Grandense* (2022c). Principal fonte deste artigo, o *Ferro de Ribeiras* tem dedicatória que indica um impulso pela nostalgia

3 Sobre movimento armorial ver Tavares (2007, p. 103), Nogueira (2002) e Dimitrov (2011).

4 Há um exemplar disponível para consulta na Biblioteca Átila Almeida, no campus I da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande.



“Aos que perderam o ferro/ No quebrar das rédeas das/ Veredas da vida” (FARIA, 1984). A obra destaca uma busca de objetos e raízes perdidas em uma “tradição” dos ferros de gado:

A riqueza plástica de alguns deles [dos ferros], e de tantos ouros que passaram pelos nossos olhos, estão a merecer uma melhor valorização por parte de nossos artistas. E mais que entristece, envergonha constatar que o desmazelo do descaso está dando fim as raízes do nosso passado em troca de macaquear mazelas alheias. Quantos fazendeiros ainda conservam seus ferros avoengos queimados no couro vivo das reses, nos mourões das porteiras, no Taboado das portas, na tinta das sacarias ou nos azulejos das louças? Quantos ainda guardam – mesmo como lembrança ou peça decorativa – rebenques, estribos e esporas de prata dos tempos dos animais de sela ajaezados? E saibam que eles existiam por quase todos que tinham e estimulavam um bom animal de sela – o transporte daqueles dias (FARIA, 1984, p. 39)

O resgate sobre a memória do universo dos vaqueiros e fazendas torna-se, então, uma obrigação:

E toda essa tradição parece que está sendo arredada das lembranças e varrida das casas como uma nódoa. A obrigação de mantê-la viva não é por soberba descabida mas sim por respeito ao tempo que foi, pois é com os cacos das coisas que se reconstitui um passado e se argamassa a história de um povo (FARIA, 1984, p. 40)

Inspirado na leitura dos livros de Ariano Suassuna (1974) e Lamartine de Faria (1984) – com quem manteria contato – é que Virgílio Nunes Maia (2004) também empreenderá no resgate dos ferros. Sendo o mais jovem entre os autores aqui analisados – e o único ainda vivo –, Nunes Maia nasceu em Limoeiro do Norte, em 1954, e seguiu carreira em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). Mas, além do universo jurídico – que ocupam também seus irmãos, um deles atualmente ministro do STJ<sup>5</sup> –, Maia também é poeta e artista e tem o universo da pecuária como uma de suas inspirações. É daí que virá um sentimento de “reavivamento” memorial de um mundo que estaria desaparecendo e que precisava ser “reinventado”. E é nesse impulso que foi feita a obra *Rudes Brasões*:

Conheci Oswaldo Lamartine de Faria através da leitura do seu livro, isso já está para mais de dez anos (...). A leitura de Ferros reavivou em mim lembranças que andavam meio esmaecidas, as da minha infância de magro menino sertanejo, passada no interior do Ceará, em Limoeiro do Norte. Trouxe-me à memória as vacas que meu pai possuía, os nomes delas, Borborema, Colombina, Bordada, Boa Sorte, e aqui era bom que eu soubesse aboiar, assim que nem o vaqueiro Sérgio Preto, o que fazia o gado chorar, mas não sei. Pois a leitura de Ferros me acordou para esse mundo, que, desaparecido ou desaparecendo, pode agora ser reinventado para que não desapareça de todo e para nunca mais. (MAIA, 2022, p. 15)

---

5 Napoleão Nunes Maia Filho, atualmente, é ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Ver < <https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Institucional/Arquivo-Cidadao/Linha-Sucessoria-dos-Ministros/Napoleao-Nunes-Maia-Filho.aspx>



Esses trechos mostram operações escritas que deslocam o lugar da fazenda. Um lugar bucólico, idealizado, saudoso e nostálgico, que antes era espaço de atividades mercantis, relações de poder que regulavam a circulação de pessoas e animais de criação. Vale aqui o comentário sobre o que era a ferração antes de ser “magificada” como patrimônio autêntico e regional. Trabalhos historiográficos apontam a técnica como um conjunto de práticas de apartação e “pega de boi” – e, eventualmente, o cruel castigo de marcar o rosto de escravos fugidos. Um conjunto de técnicas do cotidiano de trabalho e formas de propriedade fundiária na fazenda pecuarista no Brasil Colonial e Imperial. Assim descreve Macedo (2021), tomando como fonte relatos de viajantes (Henry Koster) e inventários de fazendas de pecuária no Seridó potiguar no século 18:

Se a demarcação de terra era imprecisa, o seus limites eram vaporosos e permitiam a existência de pastos comuns (...) As reses eram apartadas somente no período das “juntas” (...) Para equacionar esse amálgama bovino nas proximidades dos rios ou outra fonte de água, instalava-se a sede da fazenda. Afastando-se dali, ficavam os “fundos de pasto”, onde se criava, sem o cuidado direto dos vaqueiros, grande quantidade de barbatões (o gado sem sinal ou ferro) e as reses ferradas (MACEDO, 2021, p. 135)

A fazenda colonial pecuarista e seus vaqueiros – grupo diverso de arrendatários, escravos, pequenos proprietários, camaradas, cabras moradores, agregados (SILVA, 2018) – era o lugar onde era praticada uma “cultura material”: técnicas e tecnologias de criação para lidar e identificar a circulação do rebanho dentro das formas de propriedade da época. Essa cultura não era patrimonializada: não era “heráldica” nem sequer revestida de sentimento de “saúde” a ser resgatado:

O sinal do ferro servia de selo em relações comerciais e até mesmo de prova em pendengas judiciais. Com efeito, os animais devidos ou dados poderiam ser identificado pela marca, como indicou Manoel Gonçalves Rabelo em seu testamento anexo ao inventário lavrado em 1763. Declarou que devia a “Estevão Pereira um cavalo alazão o qual dei (...) no defunto do Rego (e) em vindo (...) falta na Lagoa Rachada se (eu) morrer se pagará a quem for (...) procurando pelo ferro”. (MACEDO, 2021, p. 136)

Importante demarcar que o esforço de transformar as técnicas de ferração em patrimônio memorial não inicia com Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Maia (2004). Na primeira metade do século 20, as marcas de ferro são tema de “folcloristas” que copiam os desenhos da ferração e revestem de ares memoriais o que tinha função econômica e controle territorial do rebanho de centenárias fazendas do “Norte” do Brasil<sup>6</sup>. Destacam-se aqui o escritor cearense Gustavo Barroso [1912] (2003) e o folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo [1954] (2012). Nessa mesma proposta, pesquisadores como Silvio Julio Albuquerque Lima [1938] (1978) e até Aderaldo Ferreira (1999) destacam que as marcas representavam gado de famílias, mas

6 Não é somente no Nordeste do Brasil que são feitas pesquisas acerca dos ferros. Ver trabalho de Arnoni (2013) sobre oferros na região dos Campos Neutrais no Rio Grande do Sul. Sobre elite pecuarista e estancieira gaúcha ver Piccin (2015).



também controle do território de “freguesias”, ribeiros e municípios entre Ceará e Paraíba. Até a metade do século 20, estudos do governo brasileiro, os “Documentários da Vida Rural” do Serviço de Informação Agrícola, também registraram traços da ferração de gado em fazendas às margens do Rio São Francisco (MACEDO, 1952).

Os folcloristas e documentaristas ajudaram a conceber, desde as primeiras décadas do século 20, condições de possibilidade para a construção de discursos, vozes, práticas “carimbados” como selo popular e autenticamente nordestinos (ALBUQUERQUE JR., 2013a). Esses textos e discursos já se utilizam da modernidade técnica da produção em massa de livros impressos, radiofonia e telégrafos, e tentam construir intelectualmente uma visão de passado, de “tradição”, demarcada como “cultura nordestina”: uma “feira de mitos”, colagem de fragmentos e de formas de expressão que foram apropriados e nomeados e impostos como a identidade autêntica de uma região. Assim, o conceito de uma cultura “regional” como algo passado, que precisa ser resgatado e valorizado, foi produzido através de um processo intelectual de poder em momento de profundas mudanças na sociedade brasileira – a ordem burguesa do Estado moderno, de traços industriais e capitalistas, já se enraizava no início do século 20 no Sertão Nordeste e em todo o país. Os procedimentos de mitos de fabricação cultural vão agir como:

Operações necessárias para esvaziar dadas práticas culturais, dadas matérias e formas de expressão de seus sentidos anteriores para que elas se tornem significantes, formas disponíveis para assumir a nova significação atribuída pelos conceitos de folclore e de cultura nordestina (...) (ALBUQUERQUE JR. 2013a, p. 30)

Através do poema “Duas Festas da Morte” de João Cabral de Melo Neto, Albuquerque Jr. (2013b, p.20) compara os procedimentos de enunciação da cultura popular nordestina com a de um “morto” embalsamado, mas que está maquiado para ficar no pedestal de um “orador”, a estátua que será inaugurada. É o mantra que se escuta – geralmente em festas juninas – de que “a cultura nordestina está se acabando” ou sendo “tradição descaracterizada”. No mesmo instante que anuncia sua “morte”, esta mesma cultura está sendo “reivindicada com signos culturais e objetos de conhecimento e de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2013b, p. 20).

Importante mencionar uma breve literatura acadêmica sobre os ferros de gado com alguns avanços. No caso da relação contemporânea entre patrimônio material – por vezes ruínas – de fazendas pecuaristas, arquitetura e a relação dos ferros de gado, temos a dissertação de Daniella Paes (2012), apresentada no IPHAN, e a tese de Natalia Diniz (2015). Estudos comparativos com as técnicas de ferração poveiras no norte de Portugal e os procedimentos usados na pecuária nordestina são foco da pesquisa de Arnoni (2013). Também necessário falar aqui do trabalho de Daniela Libânio de Almada (2018) sobre estética armorial em estudos literários. Do ponto de vista de gênero, poder e construção regional – tema do segundo tópico deste artigo –, os ferros são fonte de historiografia das violências e masculinidades nordestinas, como analisa Burity de Oliveira (2017).

Todos estes trabalhos utilizaram os livros que são fontes deste artigo e trazem contribuições ao debate das marcas de ferro. Apoiado nessas pesquisas, o debate aqui incide na singularidade das obras de Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Maia (2004): além de tornar o ferro



de gado patrimônio – e incorporar a proposta de “resgate folclorista” –, esses livros sobre os ferros de gado registram sentidos “nativos” de uma crise ocorrida, ao longo do século 20, no mundo social de elites pecuaristas cearenses, paraibanas e potiguares. Voltemos ao diálogo do “Conversas de Alpendre”. As falas registram marcas profundas na memória da Revolução de 1930 das famílias Suassuna e Lamartine de Faria: familiares políticos alijados, derrotados, exilados e até mesmo assassinados em toda disputa oligárquica que levou a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Essa é a primeira lembrança traumática marcada em gerações das famílias que viveram a Revolução de 1930 – principalmente Ariano Suassuna (1974) e Oswaldo Lamartine (1984), na medida em que fazem parte de uma geração que viveu 1930, na infância até a adolescência. Como, inclusive, coloca Lamartine de Faria (1984, p.9), adotando sugestão de Câmara Cascudo: 30 é um ano “divisor de águas” para quem vai analisar a memória do sertão. No prefácio do “Conversas de Alpendre” há um texto em homenagem a Lamartine de Faria – escrito em 2009 – em que Ariano Suassuna (2022) menciona a “fuga” de sua família para o Rio Grande do Norte, em 1930, e o acolhimento que sua família teve na casa de Juvenal Lamartine de Faria:

Quando em 1930 minha família precisou deixar a Paraíba por conta das perseguições que éramos vítimas, foi o pai de Oswaldo, então governador Juvenal Lamartine, quem nos acolheu; passamos, assim, uma temporada em Natal, minha mãe, eu e meus irmãos, numa casa do Dr. Juvenal que ficava junto ao mar (...) Tanto eu quanto Oswaldo fomos profundamente feridos na Revolução de 30 e seus desdobramentos: eu perdi meu pai, assassinado, Oswaldo perdeu um irmão, da mesma maneira (SUASSUNA, 2022, p. 13)

De 1930 até final do século 20 há um descenso – às vezes intenso, às vezes mais lento – dos pecuaristas.

Este tópico tratou sobre como foi sendo elaborada a “resposta” a um desprestígio de uma geração dos grandes pecuaristas nordestinos. Sentir-se “que nem a prostituta que deixou a zona” evidencia um aspecto de masculinidade para lidar com o risco de desclassificação. E tentando reaver o prestígio, que transforma textualmente a fazenda de lugar econômico para lugar memorial distinto. Dentro disso há outro elemento: os ritos de transmissão e herança dos desenhos dos ferros. Os livros de Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Maia (2004) narram um rito, uma transmissão masculina de tios, avós, pais e filhos entre gerações de famílias de uma elite da pecuária.

## **PATRIARCADO NASCIDO E ESTRUMADO COM A FORÇA DOS CURRAIS**

A herança dos ferros é um processo descrito a partir de presentes entre parentes homens; parentes estes a quem geralmente são dirigidas homenagens nas notas dos livros. Assim, logo que abrimos a edição de capa dura da obra Rudes Brasões de Virgílio Maia (2004) encontramos a seguinte epígrafe:





In Memoriam  
Francisco Lopes de Assis  
meu tetravô  
Manuel Fidélis da Costa  
meu trisavô  
Francisco Bento de Assis Maia  
meu bisavô  
Antônio Lopes de Costa Maia  
meu avô  
Napoleão Nunes Maia  
meu pai

Sertanejos do Ceará,  
Festejaram invernos,  
Enfrentaram secas,  
Ferraram gado e  
sonharam

(MAIA, 2004, p. I)

A busca para recuperar os ferros e exaltar a memória de homens que “festejaram invernos, enfrentaram secas e ferraram o gado” foi impulsionada por dois eventos na vida de Virgílio Maia (2004): o primeiro, já mencionado, foi a leitura que fez da obra de Lamartine de Faria (1986). O outro foi um presente: ferros da família dados pelo seu tio José Amirto Nunes Maia:

(...) A marca de ferrar de meu pai, a velha marca ainda com o cabo por ele próprio botado, aquela marca dos dois N unidos em monograma, que ferrou tantas reses nascidas e criadas nos saudáveis pastos da Caatinga do Estreito, lá em Limoeiro. Tio Zé deu-me mais, deu-me a marca do meu bisavô Francisco Bento de Assis Maia e, tirados de sua prodigiosa memória, os desenhos das marcas de mais de quarenta parentes nossos, todos descendentes da marca velha do meu trisavô Manuel Fidélis da Costa (MAIA, 2004, p. 188)

Orgulhoso desse presente, Maia (2004) segue explicando a transmissão dos ferros e as mudanças nos desenhos à medida que passam gerações da família. Conta a história de seu trisavô Manuel Fidélis da Costa que, no século 19, era vaqueiro e criou um ferro que tem um desenho – chamado de “caixão” – em forma de “S”. Adiciona ao ferro uma “flor”, inspirado na marca de outro fazendeiro, que lembrava um número “5” invertido. Para evitar que o ferro fosse confundido com aqueles usados pelos escravos – que usavam marcas invertidas dos seus senhores – foi puxado mais uma haste de ferro, um “giz”.



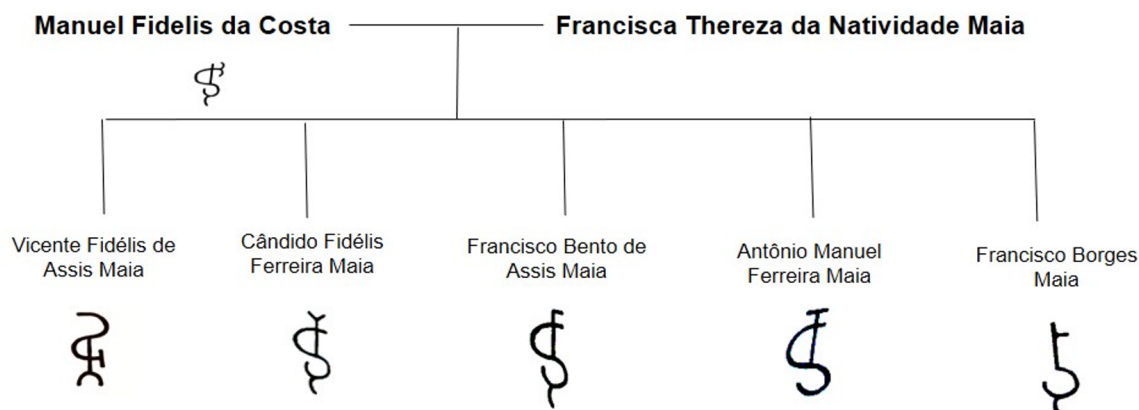
**Imagem 2 :** Ferro de Manuel Fidélis da Costa (1848)



**Fonte:** (Maia, 2004, p. 40).

A escrita de Maia (2004) indica variações dos ferros nas gerações seguintes à de Manuel Fidélis da Costa. A Imagem 2 reconstrói mudanças feitas nos ferros dos filhos de Manuel Fidélis, que usaram a marca do pai, mas adotaram o sobrenome Maia da esposa de Manuel, Francisca Thereza Maia – esta, embora detentora do sobrenome, não tem ferro registrado em seu nome.

**Imagem 3:** Transmissão dos ferros dos filhos de Manuel Fidélis da Costa e Francisca Thereza da Natividade Maia (1848)

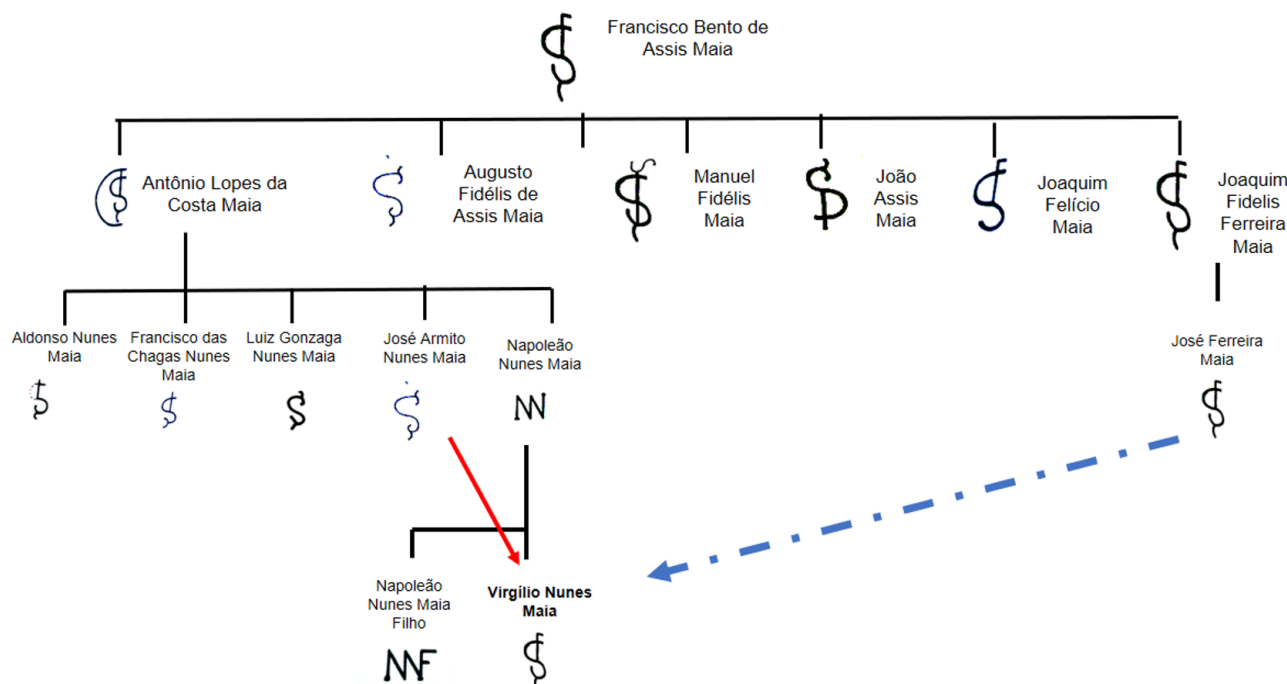


**Fonte:** Elaborado a partir de Maia (2004, p. 42-43).

Em seguida, a linhagem masculina de parentesco e dos ferros é apresentada através das transformações na marca de Francisco Bento de Assis Maia, seu bisavô. Maia (2004) destaca dois pontos na transferência de ferros até chegar à sua geração, no século 20. A primeira é a mudança que faz o seu pai, Napoleão Nunes Maia: da mudança do ferro com o caixão em “S” para um ferro em formato de “N”; mudança esta acompanhada pelo irmão de Virgílio, Napoleão Nunes Maia Filho. A segunda é a criação do ferro do próprio Virgílio Maia, para fins unicamente memoriais: ele adota o ferro que pertenceu ao tio, José Ferreira Maia, que morreu sem filhos.

A Imagem 4 destaca três gerações – nascidos nos séculos 19 e 20 – e as variações dos ferros da família Maia, usadas em fazendas de Limoeiro do Norte e Morada Nova no Ceará. A seta vermelha indica ato de transmissão dos ferros feito pelo seu tio José Amirto Maia, que morreu sem fi filhos. A seta azul indica a incorporação do ferro de José Ferreira Maia para uma nova geração. Esses são os atos de heranças simbólicas e masculinas que Virgílio Maia (2004) explica como impulso para que escreva um livro que transforme os desenhos de ferros de gado de sua família em patrimônio memorial.

**Imagem 4:** Transmissão dos ferros da família Maia na linhagem masculina de Francisco Bento de Assis Maia



Assim como Virgílio Maia, Ariano Suassuna (1974) também escreverá sua obra sobre os ferros de gado estimulado por um presente que recebe do tio Manuel Dantas Vilar:

Meu tio, Manuel Dantas Vilar, foi uma das pessoas que mais influenciaram na formação da minha personalidade. Era uma dessas raras pessoas que no Brasil guardam velhos papéis de família, anotações, cartas e escrituras já caducas de terras. Lá, remexendo seus papéis, encontrei um livro de anotações diárias de um velho fazendeiro de minha família, Paulino Villar da Costa Santos. Paulino viveu no século XIX, na mesma data de terras, a Carnaúba, doada a nosso antepassado, Bento da Costa Vilar, em 1791, pela rainha Dona Maria I, a Louca. A casa que foi sua – e que é a mais antiga ainda de pé das pertencentes a minha família no Cariri paraibano – é hoje, minha. (SUASSUNA, 1974, p. 5)

Recorto um trecho da obra *Ferros do Cariri* em que é quase possível captar o exato momento em que Suassuna (1974) transformará o que eram registros de antigo livro de contabilidade da fazenda, “que não tinha nada de literário”, nos símbolos imagéticos mais poderosos do seu movimento artístico e literário – o alfabeto do Movimento Armorial.

Quando as vi [as marcas], fiquei fascinado por elas (...) Não que tivessem nada de literário: eram, apenas, notas do dia-a-dia de um fazendeiro do século XIX, natural do Sertão dos Cariris Velhos da Paraíba do Norte. Compreende-se, porém, com o tempo, tinha ganho um certo encanto que me tocou profundamente.(...) Pois foi este livro que, desgrazadamente, deixei que se perdesse, por excesso de escrúpulos. Felizmente eu tivera, já em 1948, a ideia de copiar muita coisa dele. Entre estas uma curiosa: Paulino Villar anotava, no livro, desenhando-o toscamente, os ferros de todos os bois que comprava. Deles, copiei 71 ferros diferentes, dos quais selecionei aqueles que vão aqui, assim como os que acompanham, no fim, o volume reproduzidos em desenhos feitos por mim e gravados em madeira. Foi deles que parti, também, para fazer o alfabeto sertanejo que aqui está separando os itens destas minhas palavras, pois muitos dos ferros anotados por Paulino Villar representavam as iniciais de nomes próprios ou familiares dos vendedores. (SUASSUNA, 1974, p. 8-9)

Além do lado familiar materno, há também um “resgate” da linhagem paterna. Suassuna (1974) transformara em símbolos memoriais as marcas de ferros das fazendas que pertenceram a seu pai, João Suassuna, no sertão paraibano:

Guardo ainda hoje, comigo, entre os meus objetos sagrados, o ferro com o qual, pessoalmente, meu pai, antes de 1930, marcava seu gado nas fazendas Acahuan e Malhada da Onça. É o ferro dos Suassunas, aquele mesmo que aparece na capa deste livro. Não existe, nele, nenhuma diferenciação: meu Pai era o último dos filhos homens do meu avô, motivo pelo qual, quando começou a ter gado, seu Pai já tinha morrido e como os irmãos mais velhos já usavam todos, o ferro familiar com as respectivas diferenças meu Pai ficou com o ferro do meu avô, ferro que era, aliás, o mesmo do meu bisavô, Raymundo Francisco Sales de Albuquerque Suassuna (SUASSUNA, 1974, p. 4).

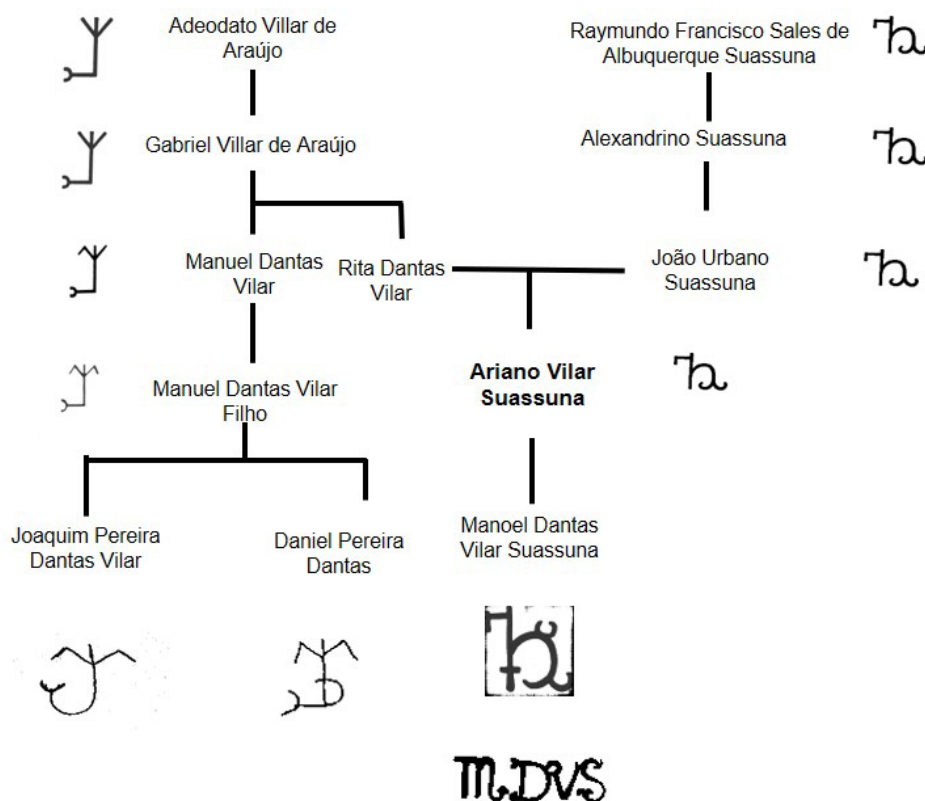
**Imagem 5:** Ferro de João Urbano Suassuna (1886-1930)



**Fonte:** Suassuna (1974, p. 4).

Unindo ferros dos homens das famílias Vilar e Suassuna temos registro genealógico da Imagem 6: ferros do livro de Suassuna (1974) mais registros de dois dos filhos de Manuel Dantas Vilar Filho, primo de Ariano Suassuna, obtidos em pesquisa na Fazenda Carnaúba, em 2020 e 2022. Também as marcas que Manuel Dantas Suassuna, filho de Ariano, utiliza desde 2017 na sua oficina “Cabeça de Cabro” e suas exposições de arte (ALMADA, 2018).

**Imagem 6:** Transmissão dos ferros entre homens das famílias Vilar e Suassuna (nascidos entre os séculos 18, 19 e 20)

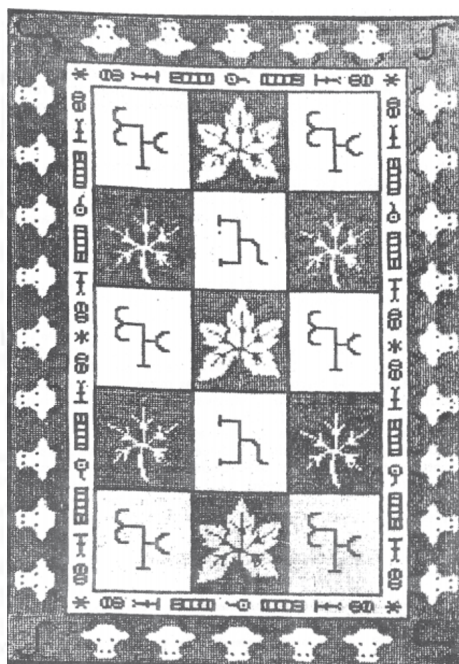


**Fonte:** Elaborado a partir de Suassuna (1974, p. 7-8), Almada (2018, p.4) e também registro do caderno de Ferros da fazenda Carnaúba, Taperóá (PB),

Por fim, o escritor e pesquisador potiguar Lamartine de Faria (1984) será outro a reconstruir uma linhagem masculina no registro de ferros e até outros objetos ligados ao trabalho da pecuária em centenárias fazendas que sua família teve no Seridó do Rio Grande do Norte. Inspirado por Ariano Suassuna, a obra *Ferros e Ribeiras* evoca a “heráldica sertaneja forjada na luta sem canseiras de escapar às secas, à mingua de recursos, rasgando as carnes contra os espinhos da caatinga” (FARIA, 1984, p. 23). No início do livro há uma reprodução de um tapete feito com os ferros do pai, Juvenal Lamartine, e do avô materno, o Coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão (1836-1921).



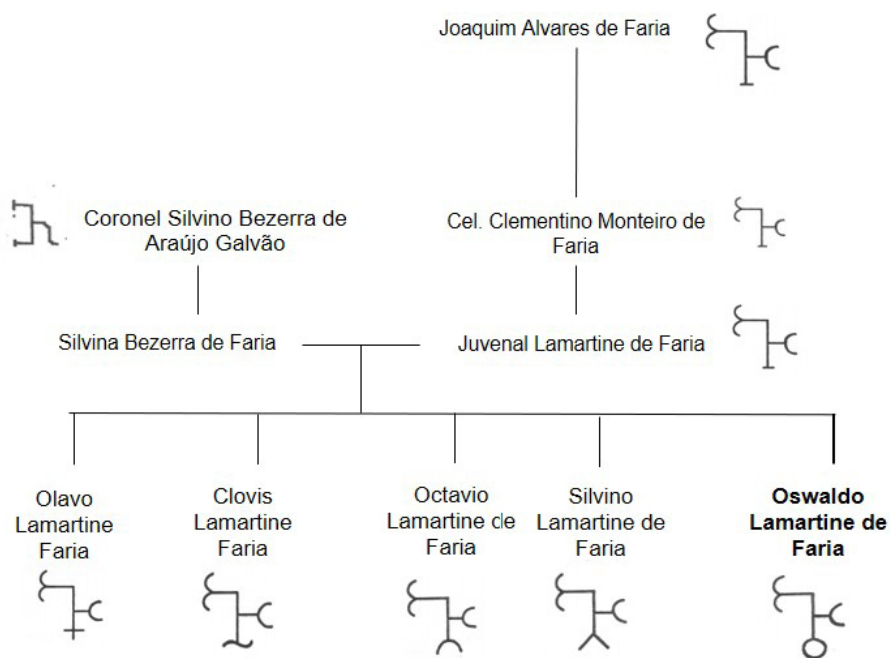
**Imagem 7:** Tapete desenhado por Faria com os ferros de gado



**Fonte:** Lamartine de Faria (1984, p. 20).

Mais adiante, Lamartine de Faria (1984, p. 35) descreve como construiu seu ferro seguindo variações do mesmo padrão dos outros filhos de Juvenal Lamartine: traços da família Faria na base e junções do ferro do Coronel Bezerra, avô materno.

**Imagem 8:** Transmissão dos ferros entre homens das famílias Lamartine de Faria e Bezerra (entre século XIX e XX)



**Fonte:** Elaborado a partir de Lamartine de Faria (1984, p. 20; p.36).

As fazendas, os ferros e os presentes dos parentes homens são inseridos em um esforço para rememorar lugares sociais, hoje decadentes, que Lamartine de Faria descreve de forma saudosa, evocando masculinidade, em entrevista publicada na obra *Conversa em Pé de Alpendre*:

**Natércia Campos** – E como moravam os sertanejos?

**Lamartine de Oliveira** – (...) Centenárias vivendas. Ainda assim as conheci. Hoje moradas de morcegos ou domingueiras pousadas de seus donos... Época do patriarcado nascido e estrumado com a força dos currais. (...) Logo, o ferro de marcar anca de gado passou a queimar lombo de queijo e fardos de lã (CAMPOS, 2022, p. 69)

Um outro aspecto interessante, aqui, é que os símbolos de parentesco e poder estão mobilizados por membros da família que se distanciaram dos quadros parlamentares, carreiras de Estado que entrelaçam ao parentesco – tema este bastante analisado na literatura que está sendo atualizada sobre família e poder no Brasil (MONTEIRO, 2016). Mas, mesmo fora da esfera das carreiras políticas, a operação dos objetos dos ferros expressa poder ao mobilizar elementos de cultura e patrimônio memorial: que era ferramenta particular das fazendas e famílias e se torna símbolo patrimonial e de masculinidade. Tudo isso movido à valorização em nível amplo regional de valores que reivindicam ser uma legítima e autêntica “cultura nordestina” – embora revestida de universalidade diz respeito a uma singular nostalgia de um mundo rural e masculino. A partir daqui seguimos as Considerações Finais.

## **OS FERROS DE GADO E O HOMEM DA ELITE PECUARISTA DO NORDESTE: RECORDAR PARA RETOMAR UM PODER?**

O “resgate” dos ferros de gado – ferramentas tornadas memória distinta de elites pecuaristas – é uma operação para evocar um imaginário regional daquilo nomeado como uma cultura “nordestina”. A busca é de toda uma identidade regional em símbolos e objetos particulares de família. O esforço de Ariano Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Virgílio Maia (2004) “resgata” e, ao mesmo tempo, evoca o próprio nome de família/fazenda relacionada à propriedade da terra.

O trabalho sobre as marcas de ferros faz parte de um poderoso acervo que possui uma força gravitacional intensa para “sugar” tudo em uma demarcação “regionalista” que “devora” quase todas as modalidades, o “manifesto” das sete artes durante o século 20. Das pinturas do holandês Franz Post, na iconografia colonial das regiões açucareiras pernambucanas, tornadas símbolo de exaltação regional por elites intelectuais dos anos 1925-1937 (VIEIRA, 2014). Da estética do vaqueiro e do cangaceiro, mesmo dentro da importação dos americanos *westerns* para o cinema nacional (SANTOS, 2010). Das releituras de *Grande Sertão, Veredas*, entre filmes e minisséries nas décadas de 1950-1980, que insistiram em reduzir a complexidade da trama rosiana a dualismos de gênero no árido ambiente do sertão. Nem o contemporâneo universo



*gamer* escapa às conexões “naturalizantes” de Nordeste, secas, sertão com a masculinidade: como bem demonstra Andrade *et al.* (2022), em suas análises do jogo *Árida*, que trata de mulheres no sertão baiano do século 19. Tudo que é produção cultural se “desmancha” nesse vórtice de Nordeste autêntico.

Não há nada de novo em uma elite rural evocando terra, masculinidade, família para reagir contra novos padrões de vida social no Brasil. Albuquerque Jr. (2013c) assinala como, no início do século 20, foram sendo inseridos padrões burgueses, mais igualitários e liberais, de família nuclear básica (pai, mãe e filhos), dos casamentos “românticos” que assustavam intelectuais criados na ordem patriarcal, escravocrata de grandes famílias e casamentos endogâmicos. A emergência do cabra-macho, rústico rural, “homem nordestino”, que tem suas condições de produção dadas pelos movimentos regionalistas, buscando uma “reação viril” a um crescente urbanismo. Uma resposta ao processo que faz com que usineiros e comerciantes passem a comer, no Rio ou na Europa, “coisas de nomes franceses e voltam com vergonha de comer angu e manauê e tapioca”, como coloca Gilberto Freyre em coluna de jornal citada por Albuquerque Jr. (2013c, p.143).

Aqui se faz importante um breve embate teórico: ao reconhecer a importância do viés discursivo da ideia de “resgate de uma cultura nordestina”, esta mesma ideia deixa dúvidas sobre como a cultura é produzida em um fluxo cotidiano de práticas e modos de fabricação ativas dos agentes sociais. Ao incidir demais sobre documentos, textos e imagens do passado, discursos de saber e poder que fundam o conceito atual de “Nordeste”, a abordagem de Albuquerque Jr. (2013a, 2013b, 2013c) acaba ficando em certo nível macro – ironicamente parecida com o estruturalismo ou marxismo, aos quais dirige válidas críticas. A “cultura nordestina” fica como reificação historicamente construída, entidade que, como uma nuvem, desaba “chuva de discursos e identidades” sobre as cabeças dos indivíduos passivos. E as condições de produção dos símbolos culturais não operam assim. Quando transformam ferro-ferramenta/técnica em ferro-memória/patrimônio, os autores dos livros aqui analisados incorporam – mas também lapidam – um conceito de “Nordeste” atrelado à idealização memorial de descendentes de elites pecuaristas. Atuam de forma ativa e não como receptáculos. As obras de Suassuna (1974), Lamartine de Faria (1984) e Maia (2004) indicam processo de transformação contínua: ao analisá-las, temos exemplos de como são internalizadas e naturalizadas percepções mais imediatas quando escutamos e apreendemos os significados de palavras como “regional” e “Nordeste” no Brasil.

Um exemplo prático para argumento no referido debate: trata-se de um momento no “Dia D”, encontro geralmente realizado no último final de semana do mês de julho, na Fazenda Carnaúba, na cidade de Taperoá (PB). Além de ser um evento voltado para o mercado da pecuária (palestras, leilões e vendas), o “Dia D” também é uma confraternização de membros das famílias Dantas Vilar e Suassuna. Neste evento, um novo “ritual” foi criado, a partir de programação do encontro de 2019: a marcação dos ferros da família e dos amigos em mural de madeira. A Imagem 8 traz a sequência dos ritos dessa cerimônia, que começa com os mais jovens das famílias Dantas Vilar e Suassuna marcando ferros aquecidos em um totem de madeira. Em seguida, o locutor convoca fazendeiros e pecuaristas do círculo de amigos e negócios da Fazenda Carnaúba. Todos seguem e assinam o livro de Ferros da Fazenda.



**Imagem 8:** Ritual dos ferros no “Dia D” em 2019 e 2022 (Fazenda Carnaúba/Taperoá-PB)



**Fonte:** Registros de Valdênio Meneses entre 2019 e 2022.

Nesses rituais, uma elite<sup>7</sup> faz “artesanato” em torno de código de parentesco e poder e memória. Mais que mera “reprodução discursiva” de dizibilidades e visibilidades fundadoras do “macho nordestino” do início do século 20, temos vivos conceitos de “sertão”, masculinidade reproduzidos mas, ao mesmo tempo, transformados e incorporados nos rituais intergeracionais das famílias. O ato de ferrar um monumento de madeira – e não mais somente animais do rebanho – visa a recrutar e mobilizar as gerações mais novas para a percepção idílica de memória masculina de um mundo social passado em conexão com pecuária, sertão, secas.

Eventos como esse, da Fazenda Carnaúba, concretizam na prática o trabalho textual de obras de Suassuna (1974), Maia (2004) e Lamartine Oliveira (1984): fixar um lugar particular da história de sobrenomes e fazendas pecuaristas como se fosse um lugar universal no imaginário de toda uma região e sua “cultura popular nordestina”. E é nesse lugar histórico e social que foi deslocado um mundo rural de relações de dominação que não existe mais nas suas condições materiais de produção. Mas existe em eficácia simbólica, evocada na heráldica dos ferros de gado, outrora ferramenta de controle territorial do gado, hoje memória distinta

7 Uma possível agenda de pesquisa é fazer comparação com rituais e patrimônio material que constroem arquivos e museus particulares entre descendentes da nobreza e de elites do mundo rural brasileiro. Ver aqui os trabalhos de Pinçon e Pinçon-Charlot (2006) e Heymann (2011).

que pretende ser símbolo regional, dissimulando sua origem particular e familiar de uma elite em certo declínio. O processo que faz com que ferros de gado sejam uma “heráldica masculina e nordestina” nos lembra estratégias de uma luta pela memória de um lugar social, uma luta de um grupo contra um sentimento de perda de um passado diluído ou soterrado diante de mudanças sociais recentes no mundo rural e urbano do Nordeste brasileiro. “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles [os locais de memória] envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 7).

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval. *A feira dos mitos: fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013a

ALBUQUERQUE JR., Durval. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013b

ALBUQUERQUE JR., Durval. *Nordestino: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013c

ALBUQUERQUE LIMA, Silvio Júlio. Marcas de gado usadas no Ceará. In ALBUQUERQUE LIMA, Silvio Júlio: *Terra e povo no Ceará*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Continente Editorial, 1978, p. 165-187

ANDRADE, Luiz.; CRISPIM BEZERRA, Cristiane.; FERNANDES LIMA, Ebbe.; DA SILVA BARBOSA, Patrícia. As mulheres sertanejas do século XIX e sua representação no game *ÁridaBackland's Awakening*. *Domínios Da Imagem*, v. 15, n. 29, 2022, p. 60–79.

ANDRADE, Manuel Correa. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*, São Paulo: 8 ed, Editora Cortez, 2011.

ARAUJO, Douglas. *A morte do sertão antigo do Seridó: desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006

ARNONI, Rafael. A tradição das marcas de gado nos Campos Neutrais, RS/ Brasil. 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, 2013

BACELAR, Tânia. Economia do semiárido a crise como oportunidade *Revista Coletiva*, n.15, jan-abr, 2011.p. 5-19.

BRAGA NETO, Edgar. A estrutura de prestígio dos moradores na reconstrução do “tempo do algodão”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 31, 2023, p. 1-30.

CAMPOS, Natércia. Conversas em pé de alpendre. In: SEREJO, Vicente.; VIANA, Graco.; MACEDO. Helton. (Orgs.) *Sertão de Oswaldo Lamartine (volume 5)*. Natal: EDUFRN, 2022, p. 19-108.





CASTRO, Iná. *O mito da necessidade*: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CPT- CEPAC - IBASE, *O genocídio do Nordeste 1979-1983*, São Paulo: Mandacaru, 1989.

DINIZ, Natália. *Um sertão entre tantos outros*. 1. ed. São Paulo: Versal Editores, 2015.

DIMITROV, Eduardo. *O Brasil dos espertos*: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como criador e criatura. São Paulo: Alameda, 2011.

DUQUÉ, Ghislaine. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri Paraibano. *Revista Raízes*, Campina Grande: n 4-5, jan-dez, 1985, p.168-196.

FERREIRA, Aderaldo. *Tradições ruralistas*: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

GARCIA JR. Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista de Ciências Sociais*, UFC, v. 38 (02), 2007, p. 74-87.

GUERRA, Lucia. *Raízes da Indústria da seca*: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993

HEYMANN, Luciana. Memórias de Elite: arquivos, instituições e projetos memoriais *Revista Pós Ciências Sociais*, UFMA, v.8, n.15, jan-jun, 2011, p. 77-95.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte*. Coleção Mossoroense, Série C, 1984

LIBANIO DE ALMADA, Daniela. A estética armorial dos ferros-de-macar na obra de Ariano Suassuna e Manuel Dantas. *Plural Pluriel*, v. 1, 2018, p. 1-13

MACEDO, José Norberto. *Fazendas de gado do vale do São Francisco*. n 3, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Documentário da vida rural, 1952

MACEDO, Muirakytan. *Rústicos cabedais*: patrimônio e cotidiano familiar dos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII). Natal: Sol Negro, 2021

MAIA, Kaliane. CUNHA, Luís Henrique. Narrativas sobre a grande propriedade pecuária do sertão nordestino: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias. *Revista Raízes*, UFCG, v.35, n.2, Jul-Dez, 2015, p. 84-100.

MAIA, Virgílio. *Rudes Brasões*: ferro e fogo nas marcas avoengas. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

MENESES, Valdênio. “Saudade e rusticidade”: a convivência com o semiárido entre grandes pecuaristas do Nordeste. *Sociologias*, n. 22, v. 55, 2020, p. 354-380.

MENEZES, Marilda. Introdução. In MENEZES, Marilda; SANTOS JÚNIOR, Jaime. *Tecendo vidas e sonhos*: história oral de agricultores (as) do sertão paraibano e trabalhadores (as) do ABC paulista Paco Editorial, Campina Grande: 2024, p. 23-31



MONTEIRO, José Marciano. *A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar*. São Paulo: Liberars, 2016.

MOREIRA, Gislene. nova cara do sertão: provocações sobre juventude e cultura contemporânea. In: FREIRE, Alberto. (Orgs.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: Edufba. 2014, p. 227-244.

NOGUEIRA, Maria Aparecida. *O cabreiro tresmalhado: Ariano Suassuna e a universalidade da cultura*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares *Proj, História*, São Paulo: v.10, dez, 1993, p. 1-22

OLIVEIRA, Iranilson Burity de. Sou deste chão! Marcas de ferrar gado, práticas e (in) sensibilidades na educação do homem do Nordeste. *Saeculum*, v. 37, 2017, p. 97-110

PAES, Daniela. 2012 *Sob os signos das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano*. Dissertação apresentada no mestrado profissional (preservação do patrimônio cultural). IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

PICCIN, Marcos. Acesso a posições pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.27, n.2, 2015, p. 305-328.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Grandes Fortunes: dynasties familiales et formes de richesse em France*. Paris: Payot & Rivages, 2006

SANTOS, Caroline. A disputa do imaginário: as representações do cangaço no cinema nacional (1950). *Domínios Da Imagem*, v.4, n.6, 2010, p. 67-74.

SILVA, Ana Cristina. Gênero como sertão, veredas em construção: filme, minissérie e livro. *Domínios Da Imagem*, v. 11, n.20, 2017, p. 154-176.

SUASSUNA, Ariano. *Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja*. Editora Guariba, Recife: 1974.

SUASSUNA, Ariano. Oswaldo Lamartine e eu. In: SEREJO, V.; VIANA, G.; MACEDO. H. (Orgs.). *Sertão de Oswaldo Lamartine* (vol. 3). Natal: EDUFRN, 2022, p. 13-14.

TAVARES, Bráulio *ABC de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Ed. Jose Olympio, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A formação social da miséria: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

VIEIRA, Daniel *Imagens fiéis da terra: paisagem e regionalismo na recepção às obras de Frans Post pela cultura visual de Pernambuco, 1925-1937*. Domínios Da Imagem, v.3, n.4, 2014, p. 19-32.

